



UM GUARDIÃO EM TEIAS:

Caminhos e Sentidos na Criação do Arquivo Público do Pará

agenorsarraff@uol.com.br
leonardotorii@gmail.com

Agenor Sarraf Pacheco¹
Arquivo Público do Estado do Pará
Leonardo Torii²
Arquivo Público do Estado do Pará

Resumen

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) tornou-se ao longo de sua história um dos principais guardiões da memória sociocultural inscrita na pena do poder público que gerenciou, desde o século XVII, o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, no norte do Brasil. Fundado em 16 de abril de 1901 com a função de recolher e proteger documentos históricos relevantes à história da Amazônia e do Estado do Pará, o APEP nasceu no bafejar da modernidade, no avanço das ideias republicanas e nas relembrações da concepção de cidadania promulgada pela Revolução Francesa. Nesse enredo, o ensaio reconstitui sentidos, caminhos, funções e ações dessa instituição pública, sustentando-se nas teias do enlace entre História, Memória, Patrimônio e Arquivologia em contínuo refazer de saberes letrados e interesses políticos no mundo amazônico.

Palabras Clave

Arquivo Público do Estado do Pará - História - Memória - Patrimônio - Arquivologia

¹ Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Adjunto II do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e História Social da Amazônia (PPHIST). Atualmente exerce o cargo de Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), graduado e licenciado em História pela UFPA, Especialista em Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará pela UFPA, trabalha desde 2007 na Secretaria de Estado de Cultura (SECULT/PA), lotado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) como coordenador do Setor de Documentação Permanente.



A GUARDIAN AMONG WEBS:

Paths and senses in the creation of the Public Archive of Pará

agenorsarraff@uol.com.br
leonardotorii@gmail.com

Agenor Sarraf Pacheco
Arquivo Público do Estado do Pará
Leonardo Torii
Arquivo Público do Estado do Pará

Abstract

The Public Archive of the State of Pará (APEP) has become throughout its history one of the main guardians of the socio-cultural memory registered by the government which since the seventeenth century was in charge of the old state of Maranhão and Grand Pará in Northern Brazil. Founded on April 16th, 1901 with the function of collecting and protecting relevant historical documents on the history of the Amazon and the state of Pará, the APEP was born in the aftermath of modernity, in the midst of thriving republican ideas and the recollection of the concept of citizenship promulgated by the French Revolution. In this context, this article reconstitutes the senses, paths, functions and actions of this public institution, held up in the webs in which History, Memory, Heritage and Archivology intricate, in a continuous remaking of knowledge and political interests in the Amazonian world.

Key Words

Public Archive of the State of Pará - History - Memory - Heritage - Archivology

Introdução: Longe da 'Árvore' em busca da 'Casca'

“À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história”³

Extraídas de uma passagem do texto do historiador francês, Pierre Nora, as metáforas 'árvore' e 'casca' podem ser explicitadas pela ideia de que a experiência humana cotidiana é uma grande árvore de memórias, enquanto suas formas de registro e análise, por mais sofisticadas que possam ser, traduzem apenas casca, pois não conseguem reconstituir toda a árvore em sua riqueza, detalhes e complexidades. Em outras palavras, o conhecimento histórico é produzido a partir das ruínas, reminiscências, fragmentos, restos e rastros da vida humana⁴. O documento escrito, por exemplo, é um dos suportes disseminados pela modernidade para registrar aspectos das vivências de homens e mulheres em sociedade, constituindo-se em expressão viva desta casca da história, conforme batizou Nora.

Captamos a expressão mais precisamente quando o historiador francês deixou ver como os Estados Unidos da América trilharam suas relações com a escrita da história, diferenciando-se da tradição francesa. Na realidade norteamericana, comenta Nora, “país de memória plural e contribuição múltipla”⁵ a escrita da história foi sempre exercitada sem questionar a tradição da memória nacional, base que instituiu a disciplina História. Já na França, os historiadores procuraram “reconstituir ao máximo as condições de elaboração”⁶

³ Nora, Pierre, “Entre memória e história: A problemática dos lugares”, *Projeto História*, São Paulo, no.10, dez. 1993, 15.

⁴ Ginzburg, Carlo, *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*, Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

⁵ Nora, Pierre, “Entre memória e história”, 10.

⁶ Nora, Pierre, “Entre memória e história”, 7-28.

das tradições. Num lance de palavras, o autor afirma: “É introduzir a dúvida no coração, a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história”⁷.

A importância da memória nas pesquisas sociais contribuiu para a construção de sua história social⁸. Há uma vasta bibliografia que se debruçou em debater suas características, sentidos, armadilhas, ressentimentos, arte(manhas)⁹. Sobre um dos aspectos desse caráter multifacetado, Ecléa Bosi comenta: “a memória (...) também tem seus desvios, seus preconceitos, suas inautenticidades”¹⁰. Frente a isso, que memórias se tornaram patrimônio documental guardadas pelo APEP? Com que sentido a instituição foi criada? O que se pretendeu preservar da história administrativa da região e do Estado?

Campo e categoria analítica rica e ambivalente, a memória rompeu as fronteiras das ciências biológicas e naturais para atingir todas as humanidades. Na área de história, do ponto de vista empírico, tornou-se a grande argamassa para a arquitetura da narrativa científica. Seja oral, escrita, visual ou monumental, a memória se faz onipresente no tecido social. As formas para captá-la por mais sofisticadas que sejam parecem sempre escapar. Assim, o APEP poderia ser investigado em diferentes perspectivas. Reconstituir a história

⁷ Nora, Pierre, “Entre memória e história”, 7-28.

⁸ François Dosse revisita a produção francesa sobre a temática, centrando, entre outros, nos trabalhos de Halbwachs, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Alcan, Paris, 1925; Halbwachs, Maurice, *La mémoire collective*, PUF, Paris, 1950; Nora, Pierre, *Les lieux de mémoire*, Gallimard, Paris, 1984; Yates, Frances, *l’art de la mémoire* (1960), Gallimard, Paris, 1975; Pollak, Michel, *Une identité blessée*, Métailié, Paris, 1990. Nesse capítulo, Dosse assinala que “os estudos recentes de história social da memória mostram que a oposição canônica entre história e memória não é pertinente”. Dosse, François, “A oposição história/memória”, in *História e Ciências Sociais*, Bauru, Edusc, São Paulo, 2004, 178. A referida discussão, o autor inicia em Dosse, François, *A História*, Edusc, Bauru, São Paulo, 2003.

⁹ Referentes aos autores de nosso conhecimento, traduzidos para a língua portuguesa, entre outros, são válidos citar: Halbwachs, Maurice, *A memória coletiva*, Centauro, São Paulo, 2003; Pollak, Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, 1989, 3-15; Pollak, Michael, “Memória e Identidade Social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, no. 10, 1992, 200-212; Maluf, Marina, *Ruídos da memória*, Siciliano, São Paulo, 1995; Thomson, Alistair, “Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”, *Projeto História*, São Paulo, v. 15, abril/1997, 51-71; Lowenthal, David, “Como conhecemos o passado”, *Projeto História* 17, PUC-SP, no. 17, 1998, 63-201; Bosi, Ecléa, *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, 7ª ed., Companhia das Letras, São Paulo, 1999; Arruda, Gilmar, *Cidades e Sertões: Entre a história e memória*, Edusc, São Paulo, 2000; Bresciani, Stella, Naxara, Márcia (org.), *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Unicamp, Campinas, 2001; Le Goff, Jacques, *História e memória*, Editora da Unicamp, Campinas, 2003; Venson, Anamaria Marcon, Pedro, Joana Maria, “Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia” *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15, 2012, 125-139.

¹⁰ Bosi, Ecléa, *Memória e Sociedade*, p. 18.

de sua criação; os jogos políticos e as teias de relações que teceram seu nascimento; os diferentes momentos ao longo de seus 114 anos, destacando avanços e dificuldades na política de recolha, tratamento e difusão da informação administrativa e histórica do Estado, sem esquecer o modo como governadores, secretários de estado e diretores pensavam e agiam a respeito da missão que o órgão estatal deveria assumir e cumprir perante a sociedade amazônica; um mergulho orientado pela nova Arquivologia no estudo de seus setores como atendimento, documentação permanente, restauração, digitalização e pesquisa; ou mesmo investigar a memória arquitetônica, sob a ótica do patrimônio histórico, do belíssimo edifício estilo neoclássico, o qual no final do século XIX dava existência para o Banco Comercial do Pará e depois de sua aquisição em 1893, pelo governo do Estado, promoveu o renascimento da Biblioteca Pública e o nascimento do Arquivo Público¹¹.

Na compreensão de Margarida Neves mesmo considerando esse desafio de apreender os processos de construção e manifestação da memória, ela tornou-se um conceito crucial, por cruzar

*“passado, presente e futuro: temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção: fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação”*¹²

As batalhas por preservar memórias escritas, visuais e orais parecem distinguir o modo como sociedades passadas e sociedades presentes produzem, transmitem e recebem informações. À proporção que o mundo contemporâneo, especialmente a vida nos centros urbanos, foi distanciando-se

¹¹ Vianna, Arthur, “A Biblioteca e Archivo Publico”, *Annaes da Biblioteca – Arquivo Público do Pará*, Tomo Primeiro, Imprensa de Alfredo Augusto Silva, Pará, 1902 (Reedição de 1968), I-XXVII.

¹² Neves, Margarida de Souza, “Os Jogos da Memória” in Mattos, Ilmar Rohloff de (org.), *Ler & Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador*, Access, Rio de Janeiro, 1998, 218-219.

das experiências sociais alicerçadas na tradição oral, aproximando-se e constituindo-se nos códigos no universo letrado, emergiu a necessidade de organizar seus registros em diferentes suportes. A esse respeito, Lowenthal é esclarecedor: *“À medida que o tempo distancia os acontecimentos da recordação pessoal, a memória no âmbito de qualquer sociedade dá lugar à história, e as relíquias adquirem um significado renovado”*¹³.

Walter Benjamin, já pressentindo o que formas de industrialização e urbanização estavam fazendo nos anos de 1930, *“nas sociedades ocidentais”*, com os modos de viver das populações de tradições orais, reconstitui as antigas experiências para questionar a realidade daquele presente em transformação.

*“Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com autoridade da velhice, em provérbios, de forma prolixa, com a loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontrará pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração a geração? Quem é ajudado hoje por um objeto oportuno? Quem tentará sequer lidar com a juventude invocando sua experiência?”*¹⁴

Seguindo compreensões da leitura benjaminiana, poderíamos dizer que a sociedade contemporânea com seus aparatos tecnológicos se fechou para processos de comunicação da cultura via arte da contação de memórias e histórias? Acreditamos que não podemos pensar de modo fatalista, pois resistências e recriações de práticas culturais tradicionais são ações facilmente observáveis quando deixamos de olhar a realidade atual pela ótica de uma teoria da dominação ilustrada. Um exemplo claro pode ser vislumbrado acerca do entorno do prédio do Arquivo Público do Estado, localizado na Travessa

¹³ Lowenthal, David, *“Como conhecemos o passado”*, 175.

¹⁴ Benjamin, Walter, *Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política*, Brasiliense, São Paulo, 1985, 114.

Campos Sales, atualmente em reforma pelo governo estadual, pois enquanto mulheres e homens de letras adentram a instituição para realizar suas pesquisas em códices, documentos avulsos, cartografias, álbuns, legislações e obras raras, na parte externa vendedores ambulantes tecem suas trajetórias pessoais e sociais em relações de sociabilidades, negociações e conflitos operando com seu principal patrimônio comunicacional: a tradição oral, suas performances e astúcias. Independente das diferenças que oralidades e escritas ganharam no mundo contemporâneo, ambas constituíram um poderoso sistema de informação por onde diferentes agentes históricos registram e transmitem cosmologias que orientam a vida em sociedade.

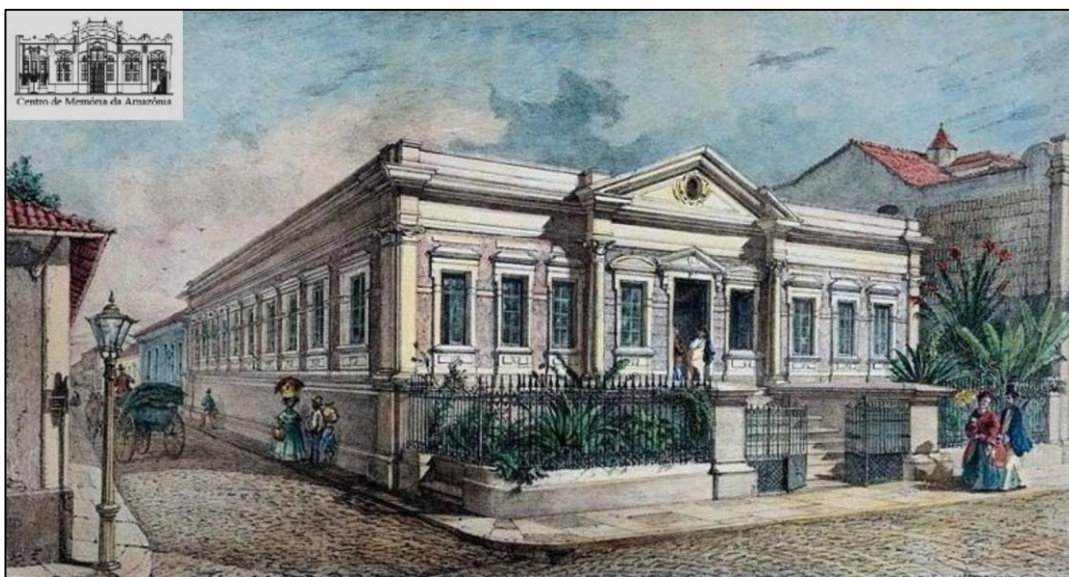


Figura 1 – Antigo Banco Comercial, onde foi instalado a Biblioteca e o Arquivo Público do Pará, no início do século XX – Pintura de J. Léon Righini. Digitalização realizada por Lucia Mindlin Loeb. Acervo do Centro de Memória da Amazônia.

Costa, Silva e Ramalho¹⁵ em diálogo com Barreto¹⁶, no entanto, apontam que a qualificação da informação a partir da utilização de recursos tecnológicos, gestados na era da globalização, certamente modificou a consciência que a sociedade tem de si e de seus direitos. A emergência de um 'império da informação' trouxe o desafio de se garantir o direito do cidadão à acessibilidade do patrimônio documental e digital que a sociedade vem produzindo.

Desse modo, superar as barreiras das generalizações que a tradição das pesquisas em ciências sociais impôs à escrita da história tem sido um dos grandes desafios da investigação histórica em tempos atuais. Partindo da ideia de que experiências individuais representativas permitem o entendimento das complexas relações sociais produzidas por diversos agrupamentos humanos, e tomando a memória nas suas muitas facetas e suportes de leitura como a maior ferramenta que o historiador pode recorrer para desenvolver seu *metier*, neste ensaio, procuramos trazer à tona 'casca de histórias' inscritas em documentos acerca da trajetória e do papel político e sociocultural do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), fundado em 16 de abril de 1901 com a função de recolher e proteger documentos históricos relevantes à história da Amazônia e do Estado do Pará. No tópico final, apresentamos a instituição em espaço provisório e os esforços dos órgãos públicos responsáveis pelo seu funcionamento para não deixar o APEP de portas fechadas.

Por esses meandros, o Arquivo Público do Pará fez-se exemplo de instituição que nasceu no bafejar da modernidade, no avanço das ideias republicanas e nas lembranças da concepção de cidadania promulgada pela Revolução Francesa. Ele trouxe consigo o antigo projeto colonial de que a guarda e disseminação da informação oficial de um estado era exemplo de civilização e desenvolvimento de um lugar. Por esse enredo, o texto reconstitui

¹⁵ Costa, Luciana Ferreira da, Silva, Alan Curcino Pedreira da, Ramalho, Francisca Arruda, "Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade", *Ciência da Informação*, v. 39, 2010, 129-143.

¹⁶ Barreto, Aldo de Albuquerque, *A questão da informação*. Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>. (Consultado em 10/06/2014).

sentidos, caminhos, funções e ações dessa instituição pública, sustentando-se nas teias do enlace entre História, Memória, Patrimônio e Arquivologia em contínuo refazer de saberes letrados e jogos do político no mundo amazônico.



Figura 2 – Setor de Digitalização do APEP, no prédio cedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a SECULT. Acervo do APEP, 2015.

Na perspectiva metodológica, tentamos construir possibilidades de revelar inteligibilidade do passado. Para isso, exploramos evidências de relações políticas, sociais e culturais que aconteceram em Belém, entre os anos de 1890 a 1910. A referência centrou-se na divulgação e na circulação de informações sobre o passado do imenso espaço geográfico da Amazônia, contido nos documentos depositados no Arquivo Público do Estado do Pará. Acerca dos caminhos e sentidos da trajetória do APEP, em consonância com apontamentos williamsianos, é possível dizer que

“estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e experiências vividas e justificadas.”¹⁷

Em outras palavras, a busca por “significados e valores” que orientaram a política de criação do Arquivo Público do Pará (APEP) foi possível ser captada através da “lógica histórica”¹⁸. Com isso, entendemos não ser viável reproduzir um fenômeno histórico tal e qual ele aconteceu, mas podemos nos aproximar dele fazendo uso de uma série de vestígios em que lançamos as perguntas cabíveis ao seu objeto de análise, pois o conhecimento histórico é “provisório”, “incompleto”, “seletivo”, “limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência”¹⁹.

O APEP entre História e Arquivologia

“Os arquivos públicos foram constituídos, no passado, tendo por objetivo a preservação da memória administrativa oficial. Os registros de leis, decretos, atos, portarias e regulamentos, bem como a correspondência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, são modelos de documentação textual que neles eram preservados. Hoje, dando conta da ampliação do conceito de documento, neles podem ser encontrados outros tipos de registros relativos, por exemplo, à preservação da imagem (fotos, filmes, microfilmes etc.) e do som (discos, cassetes, etc.)”²⁰

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), órgão da Administração Pública Estadual, diretamente subordinado à Diretoria de Patrimônio (DPAT), vinculada à Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), oficialmente criado na

¹⁷ Williams, Raymond, *Marxismo e Literatura*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1979, 134.

¹⁸ Thompson, E. P., *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Zahar S.A, Rio de Janeiro, 1981, 47.

¹⁹ Thompson, E. P., *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, 49.

²⁰ Samara, Eni de Mesquita, Tupy, Ismênia S. Silveira T., *História & Documento e Metodologia de Pesquisa*, 2ª ed., Autêntica, Belo Horizonte, 2010, 68.

gestão do Governador Augusto Montenegro, por meio do Decreto nº 996, de 16 de abril de 1901, nasceu entre o desafio de recolhimento, tratamento técnico, preservação, divulgação do patrimônio documental do Estado do Pará e a garantia plena do direito de acesso à informação.

Somam-se a estes desafios, a responsabilidade de implementar a política estadual de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), por meio das políticas de gestão documental, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Uma das principais instituições arquivísticas do Brasil, no que se refere à guarda da documentação colonial e imperial da região norte, o APEP está de posse de informações exclusivas acerca das relações políticas, sociais, culturais e ambientais tecidas na região, no longo raio que aproxima e distancia 1649 a 1980²¹.

Seu acervo é composto por aproximadamente quatro milhões de documentos, dispostos em quase 1.760 metros lineares, entre avulsos, códices, encadernados, textuais (impressos e manuscritos) e iconográficos, que abrangem o espaço de tempo entre os séculos XVII e XX.

Podemos considerar o APEP como um dos principais arquivos do Brasil, o qual acolhe diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados em rastrear, analisar e redigir textos acadêmicos ou não sobre os mais diferentes e complexos temas. O seu patrimônio documental não abrange somente a

²¹ Por falta de espaço físico no antigo prédio que sediava a instituição na Travessa Campos Sales, desde 1980 o Arquivo Público não recolhe, de maneira sistemática, documentos existentes nas secretarias de estado. Entre algumas exceções ocorridas, vale citar uma na gestão da professora Dr^a Magda Ricci (18/01/2007 a 01/02/2009) que, em função do Projeto História, Memória e Loucura, financiado pela Secretaria de Estado de Cultura e em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, recolheu, higienizou e catalogou a documentação do antigo Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira. Para saber mais, conferir Ricci, Magda, Valentin, Rodolfo (orgs.), *História, Loucura e Memória: o acervo do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira*, Secult, Belém, 2009. Com a nova sede em planejamento a partir de 2015, a instituição pretende retomar essa importante política de guarda, preservação e difusão da informação no Pará. Por hora, o setor de documentação permanente tem orientado esses órgãos do governo a preservarem, organizarem e realizarem a gestão documental.

história do Pará, mas da Amazônia e suas fronteiras nacionais e internacionais. Ele está separado em 3 (três) grandes divisões documentais: Judiciário, Legislativo, Executivo. A documentação, atualmente, encontra-se organizada da seguinte forma:

- Documentos do judiciário: escritos transferidos de alguns cartórios e juízos judiciários do Estado do Pará, abrangendo os séculos XIX e XX em aproximadamente 171 metros lineares. Dentre as espécies documentais encontram-se inventários, autos diversos, certidões de casamento, nascimento, óbito, mandatos judiciais, inquéritos, escrituras, testamentos, cartas de alforria;
- Documentos do legislativo: textos reunidos do Poder Legislativo, que abarcam projetos de leis, leis, atas, ofícios, atestados, prestação de contas, requerimentos, decretos, pareceres, portarias. Com aproximadamente 20 metros lineares, o conjunto dessas evidências históricas cobre os séculos XIX e XX;
- Documentos do executivo: Parte do acervo com maior número de metragem, aproximadamente 1.568 metros lineares, reúne escritos relacionados e produzidos pelo governo na região ao longo do período Colonial, Imperial e Republicano.



Figura 3 – Salão de Atendimento, no Prédio do Arquivo Público, na Travessa Campos Sales. Na parte lateral estão os documentos dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Acervo do APEP, 2012.

Dentro dos padrões técnicos da Arquivologia, os documentos pertencentes a essas esferas públicas são considerados históricos, porque são provas administrativas de ações do poder estadual. Ao revisitarmos e analisarmos documentos administrativos produzidos na primeira década de criação do Arquivo emergem duas grandes preocupações: a) a definição de limites territoriais do Estado e da região amazônica; e, b) a questão fundiária no Pará. Esses aspectos levaram as autoridades locais a defenderem a criação desse órgão no afã de regulamentar e resolver essas questões para reafirmar a soberania estatal.

De acordo com a atual legislação arquivística, a Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, determina que as funções de um arquivo público abrangem o recolhimento de uma documentação de caráter público, já considerada histórica; a guarda e a disponibilidade para a sociedade em geral. A fundamentação encontra-se nos seguintes artigos:

“Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”

“Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (Lei Nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991)”²²

Essa Lei é considerada pelos técnicos de arquivos e arquivistas como um grande salto qualitativo no entendimento e no trato com instituições

²² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm (Consultado em 09/02/2015).

arquivísticas, pois mudou a representação que se tinha no passado acerca do arquivo como depósito de documentos 'velhos', sem uma ligação primordial com a administração pública. A referida legislação clarificou a importância dos arquivos em suas fases corrente, intermediária e permanente, apontando horizontes para a gestão documental. Com isso, incentivou a busca de caminhos para a lida com a informação desde sua produção até seu arquivamento ou eliminação. Tais perspectivas, contudo, ainda são pouco adotadas pelas administrações públicas federal, estadual e/ou municipal. Assim, para que novos procedimentos sejam praticados na gestão da informação, o Brasil e a Amazônia, de modo particular, precisam aprofundar debates e promover formações nessa direção.

Mas o que são arquivos? O que dizem a legislação brasileira, dicionários e estudiosos sobre sua definição?

“São conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”²³

“Conjunto de documentos que, independente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas”²⁴

“Arquivos são locais destinados à guarda ordenada de documentos criados por instituições ou pessoas, no decorrer de suas atividades, buscando a preservação desta documentação como um conjunto e não como unidades isoladas, pois estes na sua maioria servem de prova de transações documentais

²³ Brasil, *Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm (Consultado em 21/04/2013).

²⁴ Brasil, *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

realizadas e estão relacionados com os direitos e deveres destas instituições ou pessoas”²⁵

Se a preocupação em conceituar ou definir o que é um arquivo e qual a sua função emerge continuamente na legislação, em dicionários contemporâneos e na escrita de estudiosos da História, Arquivologia e/ou Ciência da Informação, interesses e debates a respeito da criação da instituição arquivística no Brasil já se fazia presente desde os tempos do Império ou no alvorecer da República.



Figura 4 – Laboratório de Restauração de Documentos, no Prédio do Arquivo Público, na Travessa Campos Sales. Acervo do APEP, 2012.

²⁵ Lopes, Uberdan dos Santos, “Arquivos e a organização da gestão documental”, *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 8/9, 2003/2004, 113.

É claro que as leis de criação desses arquivos mais antigos, como os do século XIX, não traziam debates e preocupações da Arquivologia Integrada, mas é fundamental saber caminhos e sentidos de suas criações e as mudanças metodológicas e administrativas que sofreram ao longo do tempo. Para tanto, focalizaremos, de modo mais detido, na experiência do Arquivo Público do Estado do Pará, sem esquecer analogias com outros arquivos públicos estaduais brasileiros fundados no mesmo período do APEP, haja vista que revelam em suas leis de criação percepções de missão, funções e atividades semelhantes.

Fazendo uma busca no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão atrelado ao Arquivo Nacional, foi possível recuperar os anos de criação de alguns arquivos públicos estaduais existentes no Brasil. Dentre estes foram anotados somente aqueles que tinham o ano de criação muito correlato com o do APEP, ou seja, no final do século XIX e início do XX. Os outros arquivos estaduais vão nascer já numa ótica mais moderna de concepções e usos, principalmente os formados a partir da década de 1950.

A instituição arquivística pública mais antiga é o Arquivo Nacional, o qual foi criado em 1838. O Regulamento nº 02, de 2 de janeiro de 1838, criava o Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. Ele tinha por finalidade guardar os documentos públicos de grande relevância para a história do Império. Sua organização definia-se em três seções: Administrativa – responsável pelos documentos dos poderes Executivo e Moderador; Legislativa – incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo e Histórica – preocupada com a preservação de efemérides, acontecimentos e fatos considerados de relevância para o Estado.

De acordo com o site do CONARQ, o arquivo estadual mais antigo é o do Paraná, criado em 1855 pela Lei n.º 33, sancionada pelo 1º Presidente da Província do Paraná, Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 7 de abril de 1855, ainda no período Imperial. Denominado ‘Archivo Publico Paranaense’,

tinha como finalidade reunir a memória impressa e manuscrita sobre a história e geografia do Paraná²⁶.

Em 16 de janeiro do ano de 1890 o governador do Estado da Bahia, Dr. Manoel Victorino Pereira criou, por meio de Ato, o atual Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Tinha como finalidade primeira “[...] recolherem-se, quanto antes, em certo e determinado lugar todos os papéis e documentos históricos, administrativos, judiciários e legislativos deste Estado, disseminados nos diversos arquivos públicos das diferentes repartições [...]”²⁷. Dois anos depois, em 10 de março de 1892, através do Decreto nº 30, era a vez da criação da Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado, que mais tarde daria origem ao Arquivo Público do Estado de São Paulo²⁸.

Já em 1895, a política de criação da instituição arquivística no Brasil atingia Ouro Preto, por meio da Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, que instituiu o Arquivo Público de Minas Gerais cujas atribuições eram receber, conservar e classificar os documentos referentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia e às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado. Este arquivo era responsável ainda pelo recolhimento, guarda e classificação de pinturas, esculturas e mobiliários de valor artístico ou histórico²⁹.

No ano seguinte, nascia o Arquivo Público de Mato Grosso, criado pela Resolução n.º 53, de 16 de abril de 1896, na administração do governador Antonio Corrêa da Costa, que convidou Estevão de Mendonça para organizá-lo.³⁰ Na sequência, aparecia na região norte o Arquivo Público do Amazonas, fundado em 1897 e, no nordeste, o Arquivo Público do Piauí, fundado em 1909.

²⁶ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25> (Consultado em 09/02/2015).

²⁷ <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia> (Consultado em 09/02/2015).

²⁸ <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/historia> (Consultado em 09/02/2015).

²⁹ <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4> (Consultado em 09/02/2015).

³⁰ <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=curtas&id=65> (Consultado em 09/02/2015).

Em 8 de março de 1906, pelo Decreto 876, o governador do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, criava o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, juntando numa mesma Repartição o Arquivo Público, a Estatística e a Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. De acordo o decreto, o Arquivo deveria: *“adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”*³¹.

Em 18 de julho de 1908 a onda alcançava o emergente 'Arquivo Público Espírito-Santense', pelo decreto nº 135, como um anexo à Biblioteca Pública. Em 2 de dezembro a repartição foi regulamentada pela Lei nº 559, como dependente da Secretaria Geral do Governo³².

Já o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), órgão centenário, surgiu a partir de 1894 com a incorporação do acervo da Secretaria da Capitania do Governo (XVII – XIX) e da Biblioteca Pública do Pará (Lei Estadual nº 164 de 31/05/1894)³³. Neste ano, o governador Lauro Sodré comprou o antigo prédio do Banco Comercial do Pará para abrigar a Biblioteca e Arquivo Público, inaugurado em 1901³⁴. Desde, então, o seu acervo bibliográfico e documental aumentou consideravelmente, através do recolhimento de documentos de órgãos extintos do Estado ou recebidos por conta da temporalidade.

Como já foi possível perceber, as funções finalísticas de um arquivo público estão profundamente atreladas às demandas do poder público em suas diferentes esferas. Por exemplo, todo acervo do APEP ou de qualquer arquivo público citado é composto da documentação que já foi administrativa do Estado, ou que faz referência ao contexto espacial de cada estado brasileiro.

³¹ <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico> (Consultado em 09/02/2015).

³² <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm> (Consultado em 09/02/2015).

³³ Meira, Márcio, “Introdução” in *Anais do Arquivo Público do Pará*, Secult, Belém, 1995, 6.

³⁴ Arruda, Maria Izabel Moreira, “O Arquivo Público do Estado do Pará”, Monografia (Graduação em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 1997, 13.



Figura 5 – Térreo do Prédio do Arquivo Público, na Travessa Campos Sales, onde ficava depositado parte do patrimônio documental da instituição. Acervo do APEP, 2012.

Partindo desse ponto de vista, todo conjunto documental de um arquivo deverá refletir essa história administrativa do Estado na sua organização. Isso quer dizer que a ordenação das divisões documentais vai respeitar a ordem administrativa. De acordo com Bellotto:

*"(...) o arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração"*³⁵

³⁵ Bellotto, Heloisa Liberalli, *Arquivos permanentes: tratamento documental*, FVG, Rio de Janeiro, 2005, 38.

O que se pode constatar desse histórico dos arquivos públicos e do APEP? Existem algumas informações sobre a política de criação dos arquivos que são bem relevantes para compor algumas observações. Um primeiro aspecto encontra-se na legislação de criação dessas instituições arquivísticas. Renato Pinto Venancio, estudando a trajetória do Arquivo Nacional durante o período republicano (1889 – 1937), mostra que a expansão das estruturas burocráticas do Estado brasileiro fez com que a instituição desempenhasse vários serviços arquivísticos e administrativos. A dinâmica histórica das sociedades permite, todavia, acompanhar as transformações internas da instituição arquivística, assim como das alterações registradas na administração pública federal.

“A legislação é uma importante fonte para a escrita da história das instituições. Obviamente, ela esclarece pouco a respeito do funcionamento efetivo dessas últimas, mas por outro lado, revela expectativas dos governantes frente a elas. (...) De certa maneira, as recentes mudanças na legislação arquivística eclipsaram a importância das anteriores. Como é sabido, a partir de 1988, o texto constitucional brasileiro, seguido três anos depois pela Lei n. 8.159 – conhecida como Lei de Arquivo -, inaugurou a contemporaneidade do Arquivo Nacional, reconhecendo seu papel no Sistema Nacional de Arquivos”³⁶

Frente ao exposto é possível dizer que grande parte dos dados obtidos sobre a fundação dos Arquivos Públicos revela importantes semelhanças. As funções de recolhimento de documentos de cunho histórico é um exercício, antes de mais nada, de luta pela preservação da memória e da história daquela sociedade ou do território a que se referem os documentos. Já as particularidades dessas instituições arquivísticas ficam a cargo dos responsáveis pela criação (políticos ou jornalistas), organização e sistematização legal e documental do acervo sob sua posse.

³⁶ Venancio, Renato Pinto, “Uma Trajetória Interrompida: o Arquivo Nacional na Legislação Republicana (1889-1937)”, *Revista Acervo*, v. 26, 2013, 60.

Acreditamos que os modos de pensar, organizar e popularizar a informação histórica presente nos arquivos brasileiros são tributários da modernidade que ganha novos ares com a república. De acordo com Brandão

*"Mudanças institucionais importantes ocorreram na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Com a proclamação da República, uma nova elite de intelectuais, artistas, políticos e militares, com plataforma baseada em diretrizes científicas e técnicas, empreende a atualização das estruturas do Império com o objetivo de modernizar o país"*³⁷

Certamente, em cada arquivo uma trajetória específica vem sendo constituída. É papel do historiador procurar visualizar pormenores da trama nacional no local, já que a criação de cada arquivo mobilizou interesses, necessidades e expectativas que disseram respeito aos sujeitos históricos, suas percepções de mundo, os jogos do político e possíveis clamores locais, seja pelas vozes de homens públicos e populares, sejam pelos pedidos dos chamados ilustrados. Caso dessa natureza aconteceu no Pará, pois em 27 de abril de 1839, a Câmara Municipal recebeu um ofício de José de Napoles Telles de Menezes, fundamentado em carta de um paraense, aluno de medicina em Lisboa, o qual *"aconselhava aos seus comprovincianos a dedicação às letras e à cooperação no desenvolvimento intelectual da Província"*³⁸. Nessa argumentação, não é possível negar as diferenças regionais que, muitas vezes, são suprimidas em nome de uma história nacional, geral e homogênea.

³⁷ Brandão, Joseane Paiva Macedo, "Patrimônio arquitetônico e documental: referências da institucionalização da assistência em saúde na Bahia e no Brasil", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, no. 4, out.-dez. 2013, 1762.

³⁸ Vianna, Arthur, "A Biblioteca e Archivo Publico", III. Mesmo que o teor principal da carta focalizasse a necessidade da criação de uma Biblioteca Pública para o Pará, que na concepção da época era um poderoso instrumento de civilização, já que "concorria para espalhar a instrução por todas as classes da sociedade (Vianna, Arthur, "A Biblioteca e Archivo Publico", X), não é possível contar a história de constituição do Arquivo Público do Pará sem passar pelas tramas que urdiram a luta pelo nascimento e permanência da Biblioteca Pública em Belém. Imbuído por aquele espírito que orientava os homens de letras das últimas décadas do século XIX, D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, em seu discurso de 25 de março de 1871, data de inauguração oficial da Biblioteca Pública e do Museu Paraense Emílio Goeldi, evocava: "é a instrução a derramar-se; é a civilização a expandir-se; é um porvir inteiro a rasgar-se diante de nossos olhos, todo iluminado e cheio de esperança!". Vianna, Arthur, "A Biblioteca e Archivo Publico", XIII.

Um Guardião da Memória: Patrimônio, Arquivo e Política

A preocupação da humanidade em arquivar, guardar, preservar os suportes que registrava de seu cotidiano, demonstra a relação entre informação, transmissão e herança. Registravam-se informações e, ao mesmo tempo, construía-se memórias. Tal visão foi amplamente difundida e vem sendo redefinida ao longo do tempo em diferentes sociedades.

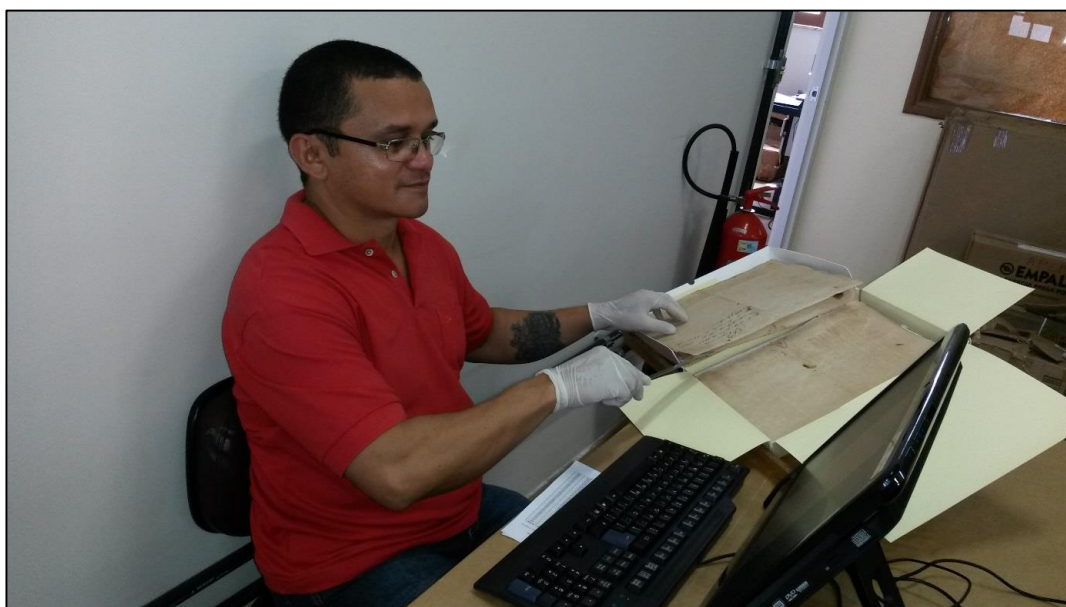


Figura 6 – Setor de Pesquisa do Arquivo Público, no prédio cedido pela ALEPA, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Cultural. Acervo do APEP, 2015.

A criação de arquivos é uma das propostas da modernidade, iniciada numa concepção iluminista francesa, revolucionária e liberal democrática³⁹. Desde a formação do Estado Nacional Francês a partir de 1789, fruto da multifacetada Revolução Francesa, a sociedade ocidental viu-se obrigada a

³⁹ Silva, Armando Barreiros Malheiro da, *Arquivo, direito e poder: para uma desconstrução construtiva*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, 56.

criar e desenvolver três modalidades institucionais de preservação de memória: os arquivos, os museus e as bibliotecas nacionais⁴⁰.

Ainda dentro do século XVIII, na concepção de Estado Nacional, criava-se uma noção de memória e nação revestida de um passado reconhecível para todos os habitantes. Dentro deste projeto também surge a noção de patrimônio histórico/cultural, inspirando o Estado a criar e organizar um patrimônio comum e uma identidade própria.

A palavra patrimônio vem do latim, *patrimonium*, e estava voltado para todas as posses do *pater*, pai. Conforme Funari e Pelegrini, esses patrimônios referiam-se a bens materiais, humanos e naturais de valor aristocrático e privado⁴¹. Com o correr do tempo, as novas acepções que o termo irá incorporar estarão ligadas às formas de organização política, social e econômica das sociedades modernas⁴². Todavia, é no contexto de formação dos Estados nacionais que determinados agentes, respaldados em instrumentos jurídicos, irão definir o conjunto de bens que deverão estar sob a proteção da gestão pública⁴³.

Já Choay enfatiza que o termo patrimônio possui em sua origem, histórias que recuperam “*estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo*”. Em seguida, em função de suas mais variadas formas de utilização, tornou-se um “*conceito nômade*” com “*trajetória diferente e retumbante*”⁴⁴, alcançando status de categoria de pensamento⁴⁵, porque pode problematizar, inclusive, sua acepção moderna para mergulhar

⁴⁰ Camargo, Célia Reis, “A construção da memória na sociedade global: identidades sociais: local x global”, 2006, 34. Disponível em: http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:ojs.cedap:article/28&oai_iden=oai_revista787 (Consultado em 20/10/2013).

⁴¹ Funari, Pedro Paulo, Pelegrini, Sandra de Cássia Araújo, *Patrimônio Histórico e Cultural*, Zahar, Rio de Janeiro, 2006, 11.

⁴² Poulot, Dominique, “A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI”, Chuva, Márcia (org.), *História e Patrimônio - Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, no. 34, 2011, 27-43.

⁴³ Fonseca, Maria Cecília Londres, *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 3ª ed. rev. amp., Editora da UFRJ/MINC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.

⁴⁴ Choay, Françoise, *A alegoria do patrimônio*, Unesp, Estação Liberdade, São Paulo, 2001, 11.

⁴⁵ Gonçalves, José Reginaldo Santos, “O Patrimônio como categoria de pensamento”, in Abreu, Regina, Chagas, Mário, *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, 2ª ed., Lamparina, Rio de Janeiro, 2009, 25-33.

na história das sociedades de tradição oral. No que tange ao conceito de patrimônio histórico, Choay enfatiza:

“A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade”⁴⁶

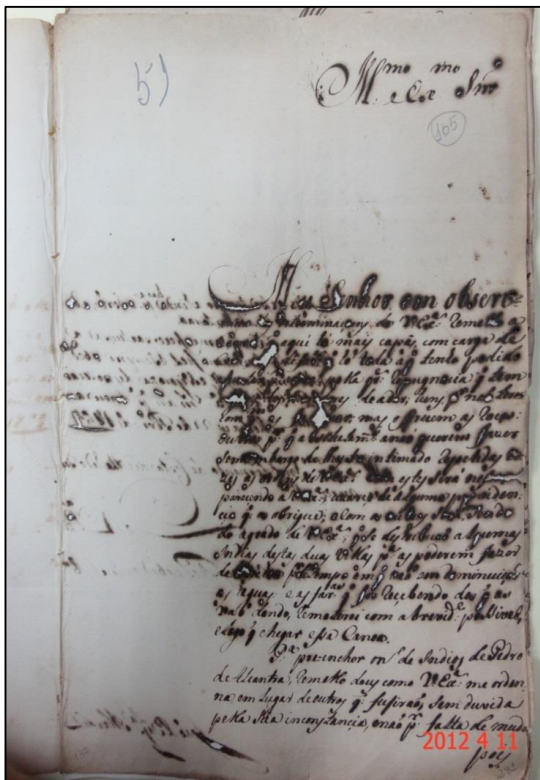


Figura 7 – Documento higienizado e digitalizado, pronto para a guarda em seu suporte físico. Acervo do APEP, 2012.

⁴⁶ Choay, Françoise, *A alegoria do patrimônio*, 11.

Pensar o patrimônio no campo documental⁴⁷ e informacional é associá-lo às batalhas estabelecidas pelas sociedades contemporâneas após a criação da UNESCO em 1946, quando começou a debater caminhos e ações para promover a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural das variadas nações que compõem o globo terrestre. Assim, para além do tradicional suporte arquitetônico, predial, monumental que revelasse valor universal, artístico, estético, científico, arqueológico, etnológico, antropológico, histórico, a concepção de patrimônio documental na ótica de Munera Torres, Isaza Restrepo e Lotero Marín é compreendida em três dimensões:

“1) documentos generados, conservados o reunidos, en el ejercicio de su función, por cualquier organismo o entidad de carácter público, por las personas jurídicas en cuyo capital participe mayoritariamente el Estado u otras entidades públicas y por las personas privadas, físicas o jurídicas, gestoras de servicios públicos en lo relacionado con la gestión de dichos servicios; 2) Los documentos con una antigüedad superior a los cuarenta años generados, conservados o reunidos en ejercicio de sus actividades por las entidades y asociaciones de carácter político, sindical o religioso y por las entidades, fundaciones y asociaciones culturales y educativas de carácter público y privado; 3) Los documentos con una antigüedad superior a cien años generados, conservados o reunidos por entidades particulares publicas o personas naturales”⁴⁸

A construção desse patrimônio é formada por valores políticos públicos, a partir das quais são dadas funções qualificativas a determinados registros documentais. Esses valores ao serem construídos historicamente são colocados em circulação, consumidos, reciclados e descartados numa dimensão

⁴⁷ Segundo Munera Torres, Isaza Restrepo e Lotero Marín, não importa o tipo de formato em que o documento se apresenta, seja ele “impreso, gráfico, sonoro, visual o electrónico, entre otros, lo cual constituye un producto del avance de las comunicaciones y abarca todas las manifestaciones del lenguaje natural y artificial”. Munera Torres, María Teresa, Isaza Restrepo, Irma e Lotero Marín, Libia, “El Patrimonio Documental del área Administrativa de la Universidad de Antioquia en sus 200 años de existencia”, *Revista Interamericana Bibliotecología*, vol. 29, no.1, 2006, 16. Todos esses formatos conformam a ampla concepção de patrimônio documental.

⁴⁸ Munera Torres, María Teresa, Isaza Restrepo, Irma e Lotero Marín, Libia, “El Patrimonio Documental”, 16.

cognitiva, formal, afetiva e pragmática; em outras palavras, o patrimônio é político por natureza⁴⁹.

Esse mesmo modelo institucional é levado para a concepção de arquivos públicos que tinha como característica principal a preservação e organização dos documentos e das informações produzidas, recebidas e acumuladas pelo Estado para o pleno uso dos cidadãos e da cidadania, indispensável à soberania e à autonomia dos povos e, ao mesmo tempo, fundamental à ideia de nacionalidade⁵⁰, haja vista que o retorno ao passado só era possível através dos documentos de arquivo, numa visão positivista.

Para os estados modernos, Jardim ressalta a importância de registrar e guardar a informação:

“Como campo informativo, o Estado moderno constitui-se numa das maiores e mais importantes fontes de informação, além de requisitar uma grande quantidade destas para sua atuação. Seu complexo funcionamento relaciona-se diretamente com a sua ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informação. O objeto do Estado seria, em últimas instâncias, o cidadão em suas variadas demandas, inclusive aquelas de natureza informacional”⁵¹

A sociedade contemporânea atribui grande destaque à memória arquivística, entendida como a acumulação enorme de massa material daquilo que nos é impossível lembrar apenas pelo registro mental. Nesse sentido, os arquivos, que podem ser considerados um 'lugar de memória', são, ao mesmo tempo, materiais, simbólicos e funcionais, pois são ambientes que procuram se distanciar da história, haja vista que tem a intenção de parar o tempo e o

⁴⁹ Jardim, José Maria, “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal”, *Ciência da Informação*, v. 42, 2013, 35-49.

⁵⁰ Camargo, Célia Reis, “A construção da memória na sociedade global”.

⁵¹ Jardim, José Maria, “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas?”, 29.

esquecimento⁵². Numa memória arquivista, todo documento passa a ser sacralizado, porque se investe a favor de sua organização e contra sua perda⁵³.

Vale a pena discutir também sobre o domínio da memória pelo Estado, já que ela tem sido utilizada como instrumento de poder, ou seja, o seu controle é uma garantia da manutenção de uma determinada ordem social e política⁵⁴. Assim, se não se pode negar que os arquivos são lugares de determinadas memórias, logo esses documentos que os compõem, podem revelar, silenciar, negar, ressaltar visões e potenciais pontos de vista impressionantes sobre uma gama de assuntos.

Para ressaltar essas observações, segundo Derrida, o arquivo é o grande responsável pela configuração técnica, política, ética e jurídica dos documentos históricos⁵⁵. Em outras palavras, ele não renuncia o poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação, pelo contrário, um arquivo o investe de um poder que ultrapassa seu suporte material, alcançando dimensões simbólicas por sua natureza e temporalidade.

Tais evidências do passado apresentam-se ao historiador com influência decisiva. Por esse ângulo de análise, vale a pena recuperar Le Goff ao afirmar que *“o documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também durante os quais continuou a ser manipulado ainda que pelo silêncio”*⁵⁶.

Já na pena de Ancona Lopes, os documentos não se resumem a essa montagem. São antes de tudo, frutos, testemunhos de determinada função e atividades desenvolvidas por seus produtores. Na esteira da arquivologia, a

⁵² Nora, Pierre, “Entre memória e história”, 7-28.

⁵³ Jardim, José Maria, “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas?”, 35-49.

⁵⁴ Hollós, Adriana Lucia Cox, “Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil”, Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), UniRio, 2006.

⁵⁵ Derrida, Jacques, *Mal de arquivo: una impresión freudiana*, Editorial Trotta S.A., Madrid, 1997.

⁵⁶ Le Goff, Jacques, *História e memória*, 547.

produção de um documento, ao contrário de sua concepção e utilização pelo historiador, nunca é consciente ou inconsciente, mas espontânea.

A mesma percepção tem-se sobre a preservação documental, que pode ser considerada uma montagem de caráter monumental, mas nem sempre se restringe a essa interpretação, já que, muitas vezes, essa preservação ocorre por alguma necessidade social e reflete atividades e funções da sociedade⁵⁷.

Sobre a natureza do documento, Jardim cita Le Goff para dizer que esses suportes de comunicação apresentam uma objetividade que se contrapõe à intencionalidade que todo monumento possui; porém, quando este documento é utilizado pelo poder do Estado, simultaneamente se transforma em monumento com as seguintes características: ele não é objetivo, inócuo e primário; ressalta o esforço de uma sociedade para impor ao futuro, voluntaria ou involuntariamente, determinada imagem de si própria; é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, porque todo documento nasce, antes de tudo, de uma montagem que pode ser desmontada; e todo documento é um instrumento de dominação ou libertação, depende do modo como foi construído, manuseado e utilizado⁵⁸.

Na análise da realidade mais local e pontual, foi possível observar, pela visão dos documentos administrativos do APEP, que uma das principais requisições de serviços do arquivo público era a procura por documentos que mostrassem questões de limites territoriais entre municípios, de terras de particulares, fronteiras do Estado ou do país.

Segundo Francivaldo Nunes, a implantação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terra, acompanhada do Decreto regulador 1.318, de 30 de janeiro de 1854, não tinha somente o objetivo da legalização de terras, mas dar parâmetros legais e técnicos para o que deveria ser terras públicas, privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta ou sem

⁵⁷ Ancona Lopez, André Porto, "Documento e História", in Malerba, Jurandir (org.), *Teoria, método e historiografia*, Papyrus, Campinas, 1996, 15-36.

⁵⁸ Jardim, José Maria, "De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas?", 35-49.

ocupação legal, a não ser pela compra. Também definia a política de imigração e colonização no país. No entanto, o pesquisador mostra que a implantação da respectiva Lei não se deu de forma concreta e homogênea. Pelo contrário, a referida legislação levava em consideração as peculiaridades locais (pontos naturais e a tipologia dos colonos que deveriam ocupar as terras das províncias). Essa Lei nacional variava de acordo com certos condicionantes⁵⁹. Tudo isso denota o quanto a questão fundiária no Estado do Pará, no início da república, era uma das grandes questões a serem tomadas, haja vista que depois da 'Lei de Terras' foram criados critérios bem específicos para a obtenção de terras.

Entre os anos de 1909 e 1910, por exemplo, a direção do APEP autorizou o pedido do Governador do Estado para que o engenheiro Palma Muniz realizasse um grande estudo acerca das questões fundiárias no Estado. Essa pesquisa resultou numa série de publicações que, até hoje, servem como referência para a recuperação de informações de cunho fundiário. Também é válido citar a importância do catálogo das sesmarias (1902) organizado pelo diretor Arthur Vianna, utilizado, atualmente, como prova jurídica.

Outro dado relevante refere-se à urgência que o diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Arthur Vianna, tinha para sistematizar e organizar os documentos do período colonial. Em praticamente 5 anos, esse empenhado homem das letras e sua equipe conseguiram disponibilizar quantidade considerável de documentos do período em destaque. Mas essa necessidade era menos para atender a demanda da legislação de criação do órgão que garantia o acesso aos documentos, e mais para agilizar a recuperação de informações sobre questões de limites territoriais e de fronteiras que o estado vinha sofrendo.

Um exemplo significativo a esse respeito está no ofício do Ministério das Relações Exteriores, endereçado ao Governador do Estado do Pará, datado de

⁵⁹ Nunes, Francivaldo Alves, "Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2011.

18 de julho de 1901, que por sua vez o encaminhou ao APEP, objetivando solicitar cópias de documentos históricos que mostrassem as relações de limites com a Guiana. Esses documentos deveriam servir de base para uma reunião do Senhor Joaquim Nabuco, representando o governo do Brasil, com o governo britânico para tratar de assuntos atinentes a questões de limites territoriais⁶⁰.

O APEP no Presente

As lutas para tornar o Arquivo Público do Pará um órgão a serviço da sociedade brasileira e da comunidade internacional aliam diálogos e tensões entre poder público e sociedade civil local. Em 2012, um curto-circuito no setor de documentação permanente provocou mobilizações de funcionários e, especialmente, pesquisadores para exigir do Estado melhorias nas condições físicas do prédio que sedia a instituição. Para além de ideologias e posições de partidos políticos que governam o Pará ao longo da história de existência desse patrimônio institucional e histórico, é fato que desde 1990 o prédio do APEP não recebia nenhum tipo de reforma. Assim, o movimento de 2012 trazia em seu bojo uma batalha que já se espraiava a mais de duas décadas. A reivindicação expressava a necessidade de reforma predial com acessibilidade aos diferentes usuários e instalação de novo sistema elétrico e hidráulico, considerando o específico terreno do bairro da Campina, área comercial da cidade, onde foi instalada a Biblioteca e o Arquivo Público do Pará.

Para atender sua agenda de responsabilidades e as exigências da sociedade paraense, a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), por intermédio da Diretoria de Patrimônio (DPAT), produziu o projeto de reforma do APEP e alcançou financiamento do governo do Estado no valor de mais de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais).

Por esse contexto, nesse último tópico do ensaio, apresentamos aspectos do cotidiano do APEP depois que seu patrimônio documental, equipamentos e

⁶⁰ Documentação avulsa, Fundo: Biblioteca e Arquivo Público, Série: Ofícios e Ano: 1901.

funcionários foram transferidos para o prédio provisório cedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), localizado na Travessa Félix Roque, 262, entre abril a junho de 2014. A cessão desse prédio alugado pela ALEPA se deu por meio de um Programa de Intercâmbio e Cooperação Institucional, celebrado entre a Assembleia e o APEP, o qual prescrevia em seu artigo único:

“Estabelece acordo entre a ALEPA e o APEP, envolvendo acolhimento de todo o acervo documental, mobiliário e do quadro de funcionários do APEP em prédio particular, alugado pela ALEPA, pelo prazo de 01 ano inicialmente. Durante este período, os funcionários do APEP farão identificação, tratamento, digitalização e arranjo do acervo documental da ALEPA sob a guarda do APEP, bem como contribuirão, no âmbito da Arquivologia, na política de formação dos funcionários da ALEPA e suporte técnico na política de difusão do acervo documental da ALEPA”

O conteúdo textual desse programa revela esforços, entre as duas instituições, para a celebração de parceria, especialmente no que tange à proteção, guarda, preservação e difusão da informação administrativa do Estado do Pará em diferentes tempos e envolvendo os mais variados assuntos.

O prédio cedido, de propriedade particular, foi alugado há alguns anos atrás para ser uma creche sob a gerência da ALEPA, instituição que atendeu, inicialmente, os filhos dos funcionários daquela Casa de Leis e depois ampliou o número de vagas para receber crianças de famílias carentes que habitam o bairro da Cidade Velha. Todavia, em função das precárias condições prediais e orientações do corpo de bombeiros do Estado para que a creche fosse instalada em outro lugar com melhores condições de atendimento à clientela infantil, a ALEPA decidiu desativá-la.

A preocupação do Poder Legislativo em promover atendimento social à população paraense fez a presidência solicitar à proprietária do prédio que fizesse uma ampla reforma em seu imóvel, pois havia interesse de transferir, da ALEPA, o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC). Foi nesse processo de negociações que o Arquivo Público entrou em cena. Hoje, o lado direito do

térreo guarda nosso acervo documental e a metade do andar superior comporta os setores de documentação permanente; digitalização; restauro; pesquisa; atendimento ao público; biblioteca de apoio; secretaria e gabinete do diretor; além de cozinha e banheiros feminino e masculino.

A síntese do relatório das atividades referentes ao ano de 2014, além de mencionar o atendimento ao público com documentos históricos diversos e coleção de obras raras, apresenta o empenho do setor de documentos permanentes para mapear, na área do poder judiciário, a presença da escravidão negra no Pará. O referido setor identificou mais de 100 caixas e elaborou lista de arranjo documental capaz de dar suporte ao acervo compilado. O setor de restauro trabalhou no processo de higienização e pequenos reparos inicialmente de 50 caixas; o setor de digitalização transformou o suporte do documento em papel para o meio digital e o setor de pesquisa está concluindo a verbetização da primeira parte desse acervo. A direção do Arquivo Público pretende lançar, até o final de 2015, o III Volume da Coleção Textos e Fontes do Arquivo Público do Estado do Pará, apresentando na primeira parte um conjunto de textos de arquivologia e história e na segunda parte o catálogo com a documentação identificada e verbetizada.

Completam as ações desenvolvidas em 2014, depois que o APEP passou a estar sediado na Félix Roque, o desenvolvimento da primeira etapa das ações do projeto de preservação dos códices do período colonial, financiado pelo BNDS, sob a coordenação da Associação dos Amigos do Arquivo Público (ARQPEP). Além disso, o setor de documentação e a biblioteca de apoio realizaram orientação técnica aos funcionários da ALEPA para ampliar sentidos da política de preservação documental e acesso à informação naquela Casa de Leis.

Inicialmente, quando realizamos a mudança do prédio do APEP, localizado na Travessa Campos Sales para a Félix Roque, a discussão com a Secretaria de Estado de Cultural sugeriu suspendermos o atendimento ao público porque não havia espaço que pudesse comportar vinte e cinco pessoas. A direção desta instituição preocupada com as demandas de

pesquisadores e cidadãos diversos repensou tal decisão e, em diálogo com os funcionários, organizaram, no novo prédio, ambiente mínimo para atender até cinco pesquisadores por dia por meio de pesquisa agendada.



Figura 08 – Prédio cedido pela ALEPA para funcionar o APEP, na Rua Félix Roque, 262. Acervo Pessoal: Agenor Sarraf Pacheco, junho de 2015.

A solução encontrada pela direção do Arquivo Público foi criar o e-mail pesquisaagendada@yahoo.com.br para facilitar o contato e possível atendimento aos variados interesses temáticos de pesquisadores e cidadãos em geral, no horário de 8h às 17h. Como será possível acompanhar daqui em diante até a parte final do tópico, alguns registros do dia a dia do APEP, por intermédio dos contatos trocados com variados pesquisadores. O manuseio dessas informações revela o perfil dos distintos usuários, evidenciando sua origem, temáticas de interesse e possíveis formações acadêmicas.

A criação do e-mail e, meses depois, a instalação das linhas telefônicas ajudaram a estreitar o diálogo com um público variado. Isso, contudo, não cessou as visitas espontâneas de moradores do bairro, pesquisadores autodidatas e turistas que, ao escolherem Belém como seu *locus* de passeio, decidem dar um pulo no APEP. Com o uso dessas tecnologias, passamos a receber as mais variadas solicitações de investigação.

No mês de março de 2015, por exemplo, Moisés Sarraf, paraense, fotógrafo do jornal O Liberal, solicitou autorização para verificar o catálogo de iconografias e, em seguida, pode acessá-la por meio de mídia digital e Josiely dos Santos, paraense, aluna do curso de Bacharelado em História, requereu acesso a documentos da segunda metade do século XIX, que pudesse ajudá-la a mapear as relações de contato estabelecidas entre índios e negros.

Em abril era Aline da Silva, do município de Nova Timboteua, no Pará, quem expressava desejo de consultar documentos cartoriais de São Caetano de Odivelas; Rafaela Paiva Costa, de Belo Horizonte-MG, escrevia para saber a possibilidade de desfolhar o catálogo e o acervo das Secretarias de Educação e Cultura, Interior, Justiça e Instrução Pública, objetivando apreender o cotidiano da instrução pública na Primeira República do Pará; Francivaldo Souza dos Santos, professor da Universidade Federal do Pará, no Campus de Castanhal, veio ao APEP para pesquisar o fundo da Secretaria da Presidência, o Departamento de Obras Públicas, Terras e Colonização, centrando-se na série de abaixo-assinados no período de 1886 a 1908; e Silvia Espelt, da Universidade de St. Andrews, no Reino Unido, destinou-se ao Pará para investigar obras já publicadas e documentos primários sobre a história indígena na Amazônia.

No mês de maio de 2015, o APEP recebia Rômulo do Nascimento Pereira, da Universidade do Estado do Amazonas, que deslocou-se para rastrear livros que narrassem a história do Amazonas em diferentes tempos históricos; Mauro Henrique Dias Pantoja, de Ananindeua, no Pará, aluno da Faculdade Brasil/Amazônia, recorria aos arquivos do APEP para levantar informações acerca de instituições acolhedoras de filhos de pessoas acometidas pela esquizofrenia no período de 1936-1940 e Patrícia Raiol, de Belém, aluna da

Universidade Federal do Pará, mergulhava nos documentos dos corpos de trabalhadores.



Figura 09 – Térreo do Prédio cedido pela ALEPA para guarda o patrimônio documental do APEP.

Acervo Pessoal: Agenor Sarraf Pacheco, junho de 2015.

Em junho do ano em curso, o Arquivo Público abriu suas portas para atender pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior com variadas formações, indo da Iniciação Científica, passado pela Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutoramento ou investigações que dizem respeito a projetos financiados por instituições de fomento nacional e internacional a professores de carreira. Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Acre (UFAC), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), Universidade de Barcelona (UB) e Universidade do Texas foram instituições que, a partir da estada daqueles pesquisadores, estiveram acessando catálogos, obras raras ou livros publicados, nas últimas três décadas, em conexões com códices e caixas contendo documentos que se situam historicamente entre os séculos XVII ao XX.

As temáticas de investigação versaram pelo mundo do trabalho, escravidão indígena e negra, grupos indígenas, zonas de contato entre índios e negros, cabanagem, estrada de ferro Belém-Bragança, sesmarias para verificar terras pertencentes a quilombolas, jardim botânico real, centro histórico, família, professor Octávio Pires (séc. XIX), obras e feitos de uma educadora, história do livro (arte gráfica no Amazonas), estrangeiros no Pará, entre outras.

Wilverson Rodrigo Silva de Melo, morador da cidade de Santarém, no Pará, depois de realizar solicitação por e-mail, consultou as correspondências de diversos com o governo, documentos pertencentes ao fundo da Secretaria da Presidência da Província, no que diz respeito aos tempos da cabanagem na região. Interessado por esse mesmo tema, Jairo de Araújo Souza, de Belém, acessou livros e documentos. Geiza Gimenes, de Araraquara-SP, cartografou informações sobre o Estado do Amapá; O professor José Luis Ruiz-Peinado Alonso, de Barcelona, na Espanha, por meio de agendamento por telefone, consultou documentos sobre o município de Óbidos, pertencentes ao fundo da Secretária da Presidência no período de 1862-1866 e Seth Garfield, professor da Universidade do Texas, perscrutou pistas sobre os índios Maués, a produção e a comercialização do Guaraná, no Estado do Amazonas, na segunda metade do século XIX.



Figura 10 – Pesquisador da Universidade do Texas acessando a um dos códices do período colonial sob a guarda do APEP em junho de 2015. Acervo Pessoal: Agenor Sarraf Pacheco.

Em 26 de junho, era a vez de Sandra Luiza Ferreira de Oliveira, Professora de História do Brasil Império, da Universidade Federal de São Paulo, solicitar agendamento de pesquisa para os dias 06 a 09 de julho. Já em 08 de julho de 2015, nos momentos finais de escrita desse ensaio, Sinei Monteiro, morador de Belém, requeria acesso à documentação sobre o esporte no Pará no final do século XIX e início do XX para a escrita de seu projeto de doutoramento.

Na reconstituição desse breve repertório de pedidos, a temática da lepra emergiu na solicitação de Cláudio Viegas, paraense, no dia 08 de julho de 2015. Em outra direção, em 02 de julho era Elis Priscila Aguiar da Silva que solicitava entrada no APEP para pesquisar relatórios de diretores da instrução primária; decretos de regulamentação da Escola Normal; arquivos sobre educação física, ginástica, instrução militar e escotismo, todos no raio de 1918 a 1938. Completam exemplos dessa busca por informações, na primeira dezena de junho do ano corrente, o caso de Débora Barroso Monteiro, aluna do mestrado em Patrimônio Geopolítico, no Museu Nacional da UFRJ, que expressou em 08 de julho necessidade de pesquisar a trajetória do Geólogo Friederich Katzer, o qual trabalhou no Museu Goeldi como chefe da seção de geologia, paleontologia e minerologia. A pesquisadora desejava saber de sua vinda a Belém, o tempo que passou aqui e quando retornou, inclusive, os documentos de contratação e rescisão de contrato⁶¹.

Duas Palavras Finais

A teia que procuramos tecer para dar conta de fazer entender caminhos e sentidos na trajetória do Arquivo Público do Estado do Pará, a partir dos alinhavos com o campo da memória e do patrimônio em conexão de saberes da área de História e Arquivologia, permitiu visualizar que políticos, homens de letra e estudiosos do início do século XX sabiam da importância do acervo documental do APEP não somente pelo viés histórico, mas também pelo lado

⁶¹ APEP - Folha de Encaminhamento – 08/07/2015.

prático – jurídico administrativo. Daí a necessidade da proteção, sistematização, organização e disponibilização dessa grande massa documental que chegou até o presente e continua impondo desafios para preservá-la.

Contíguo a esses desafios, o percurso narrado acerca da trajetória do APEP nos dias atuais, expõe esforços desta instituição apoiada pela SECULT/DEPAT em parceria com a ALEPA para atender, minimamente, aos variados interesses de pesquisa, consulta, acesso à informação por parte dos muitos usuários que desejam interagir com documentos, obras raras e publicações recentes sob a guarda e responsabilidade do APEP. Tal afirmativa não nega, todavia, o reduzido espaço e as dificuldades de manutenção e cumprimento da missão institucional do APEP. Por outro lado, precisamos assinalar que o Governo do Estado, por intermédio da SECULT/DPAT e APEP, tem procurando alternativas para que nossa instituição centenária de pesquisa adentre na era da nova arquivologia, tornando-se órgão estratégico da política estadual de acesso e produção da informação e da pesquisa no Pará.

Referencias Bibliográficas

- Ancona Lopez, André Porto, “Documento e História”, in Malerba, Jurandir (org.), *Teoria, método e historiografia*, Papirus, Campinas, 1996, 15-36.
- Arruda, Gilmar, *Cidades e Sertões: Entre a história e memória*, Edusc, São Paulo, 2000.
- Arruda, Maria Izabel Moreira, “O Arquivo Público do Estado do Pará”, Monografia (Graduação em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 1997.
- Barreto, Aldo de Albuquerque, *A questão da informação*. Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>. (Consultado em 10/06/2014).
- Bellotto, Heloisa Liberalli, *Arquivos permanentes: tratamento documental*, FVG, Rio de Janeiro, 2005.
- Benjamin, Walter, *Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
- Brandão, Joseane Paiva Macedo, “Patrimônio arquitetônico e documental: referências da institucionalização da assistência em saúde na Bahia e no Brasil” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, no. 4, out.-dez. 2013, 1761-1766. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n4/0104-5970-hcsm-20-04-01761.pdf> (Consultado em 23/07/15).
- Bosi, Ecléa, *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, 7ª. ed., Companhia das Letras, São Paulo, 1999.
- Brasil, *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.
- Brasil, *Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm (Consultado em 21/04/2013).
- Bresciani, Stella e Naxara, Márcia (org.), *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Unicamp, Campinas, 2001.
- Camargo, Célia Reis. *A construção da memória na sociedade global: identidades sociais: local x global*, 2006. Disponível em: http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:ojs.cedap:article/28&oai_iden=oai_revista787 (Consultado em 20/10/2013).
- Costa, Luciana Ferreira da; Silva, Alan Curcino Pedreira da; Ramalho, Francisca Arruda, “Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade”, *Ciência da Informação*, v. 39, 2010, 129-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n2/11.pdf>. (Consultado em 12/08/2013).

- Choay, Françoise, *A alegoria do patrimônio*, Estação Liberdade, Unesp, São Paulo, 2001.
- Derrida, Jacques. *Mal de arquivo: una impresión freudiana*, Editorial Trotta S.A., Madrid, 1997.
- Dosse, François, “A oposição história/memória”, in *História e Ciências Sociais*, Bauru, SP: EDUSC, 2004, 169-191.
- Dosse, François, “Uma história social da memória”, in *A História*, Unesp, São Paulo, 2003, 265-307.
- Fonseca, Maria Cecília Londres, *O patrimônio em processos: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 3ª. ed. rev. amp., Editora da UFRJ/MINC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.
- Funari, Pedro Paulo e Pelegrini, Sandra de Cássia Araújo, *Patrimônio Histórico e Cultural*, Zahar, Rio de Janeiro, 2006.
- Garcia, Idalia, “Entre páginas de libros antiguos: la descripción bibliográfica material en México”, *Investigación bibliotecológica*, vol. 22, no. 45, 2008, 13-40. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/16922> (Consultado em 17/03/2015).
- Ginzburg, Carlo, *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*, Companhia das Letras, São Paulo, 2007.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos, “O Patrimônio como categoria de pensamento” in Abreu, Regina e Chagas, Mário, *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, 2ª ed., Lamparina, Rio de Janeiro, 2009, 25-33.
- Halbwachs, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Alcan, Paris, 1925.
- Halbwachs, Maurice, *La mémoire collective*, PUF, Paris, 1950.
- Halbwachs, Maurice, *A memória coletiva*, Centauro, São Paulo, 2003.
- Hollós, Adriana Lucia Cox, “Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil”, Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), UniRio, 2006.
- Jardim, José Maria, “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal”, *Ciência da Informação*, v. 42, 2013, 35-49. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2260/1877> (Consultado em 02/03/2013).
- Jardim, José Maria, *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*, EdUFF, Niterói, 1999.

- Jardim, José Maria, “A invenção da memória nos arquivos públicos”, *Ciência da Informação*, v. 25, no 2, 1995. Disponível em:
www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=818&article=480&mode=pdf
(Consultado em 01/11/2012).
- Le Goff, Jacques, *História e memória*, Editora da Unicamp, Campinas, 2003.
- Lopes, Uberdan dos Santos, “Arquivos e a organização da gestão documental”, *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 8/9, 2003/2004, 113-122. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/412/524> (Consultado em 23/07/2015).
- Lowenthal, David, “Como conhecemos o passado”, *Projeto História 17*, PUC-SP, no. 17, 1998, 63-201. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154> (Consultado em 23/07/2015).
- Maluf, Marina, *Ruídos da memória*, Siciliano, São Paulo, 1995.
- Meira, Márcio, “Introdução” in *Anais do Arquivo Público do Pará*, Secult, Belém, 1995.
- Munera Torres, María Teresa, Isaza Restrepo, Irma, Lotero Marín, Libia, “El Patrimonio Documental del área Administrativa de la Universidad de Antioquia en sus 200 años de existencia”, *Revista Interamericana Bibliotecología*, vol. 29, no.1, 2006, 13-30. Disponível em:
<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v29n1/v29n1a2> (Consultado em 15/03/2015).
- Neves, Margarida de Souza, “Os Jogos da Memória” in Mattos, Ilmar Rohloff de (org.), *Ler & Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador*, Access, Rio de Janeiro, 1998, 203-220.
- Nora, Pierre, *Les lieux de mémoire*, Gallimard, Paris, 1984.
- Nora, Pierre, “Entre memória e história: A problemática dos lugares”, *Projeto História*, São Paulo, no. 10, dez. 1993, 7-28. Disponível em:
www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf (Consultado em 18/02/2013).
- Nunes, Francivaldo Alves, “Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2011.
- Pará (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público do Estado do Pará, *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, tomo 1, v. 1, 1995.
- Pollak, Michel, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, 1989, 3-15. Disponível em:

- http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf
(Consultado em 10/01/2013).
- Pollak, Michel, *Une identité blessée*, Métailié, Paris, 1990.
- Pollak, Michel, “Memória e Identidade Social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, no. 10, 1992, 200-212. Disponível em:
http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf (Consultado em 10/01/2013).
- Poulot, Dominique, “A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI”, CHUVA, Márcia (org.), *História e Patrimônio - Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, no. 34, 2011, 27-43.
- Revel, Jacques, *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*, FGV, Rio de Janeiro, 1998.
- Ricci, Magda e Valentim, Rodolfo (orgs.), *História, Loucura e Memória: o acervo do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira*, Secult, Belém, 2009.
- Ricouer, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*, Editora da UNICAMP, Campinas 2007.
- Rodrigues, Ana Maria Lutterbach, “A teoria dos arquivos e a gestão de documentos”, *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 11, 2006, 102-117. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09> (Consultado em 20/07/2014).
- Samara, Eni de Mesquita, Tupy, Ismênia S. Silveira T., *História & Documento e Metodologia de Pesquisa*, 2ª ed., Autêntica, Belo Horizonte, 2010.
- Silva, Armando Barreiros Malheiro da, *Arquivo, direito e poder: para uma desconstrução construtiva*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006. Disponível em:
<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/26866/2/amalheiroarquivodireito00108834.pdf> (Consultado em 11/10/2014).
- Thomson, Alistair, “Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”, *Projeto História*, São Paulo, v. 15, abril/1997, 51-71. Disponível em:
www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria15.pdf (Consultado em 27/02/2013).
- Thompson, E. P., *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Zahar S.A, Rio de Janeiro, 1981.
- Venancia, Renato Pinto, “Uma Trajetória Interrompida: o Arquivo Nacional na Legislação Republicana (1889-1937)”, *Revista Acervo*, v. 26, 2013, 59-76. Disponível em:

<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/648> (Consultado em 15/01/2015).

Venson, Anamaria Marcon; Pedro, Joana Maria, “Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia”, *História Oral (Rio de Janeiro)*, v. 15, 2012, 125-139. Disponível em: revista.historiaoral.org.br (Consultado em 02/02/2013).

Vianna, Arthur, “A Biblioteca e Archivo Publico”, *Annaes da Biblioteca – Arquivo Público do Pará*, Tomo Primeiro, Imprensa de Alfredo Augusto Silva, Pará, 1902 (Reedição de 1968), I-XXVII.

Williams, Raymond, *Marxismo e Literatura*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

Yates, Frances, *I'art de la mémoire* (1960), Gallimard, Paris, 1975.